

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO								
DOCENTE	FABIANO ROBALINHO								
CÓDIGO	GRDDIRATCE5836	SEMESTRE	2021.2	PERÍODO	-	NATUREZA	ELETIVA	CARGA HORÁRIA	30h

EMENTA		O Direito Internacional Privado (DIPRI) compreende as regras de resolução de conflito entre as leis de diferentes países para o julgamento de casos concretos, permitindo a reciprocidade internacional em harmonia com a soberania dos Estados. Dentre outros, serão estudados os conceitos de: conflito de leis; elementos de conexão; análise de jurisdição competente; análise de lei aplicável; ordem pública; lei global; cláusulas contratuais de eleição de lei aplicável ou jurisdição competente; litispendência internacional; carta rogatória; homologação de sentença estrangeira; execução de sentença estrangeira; imunidade de jurisdição dos Estados; imunidade de execução dos Estados; estratégias de litígio internacional.
OBJETIVOS		A partir da análise de casos reais de comércio internacional, o curso pretende que o aluno esteja de frente aos principais conceitos de Direito Privado Internacional tal como eles se anunciam na prática, permitindo sua apreensão de acordo com a doutrina e a jurisprudência mais atualizada. Cada caso concreto fornecerá ao aluno, gradualmente, as ferramentas necessárias que ele compreenda as dificuldades práticas, do ponto de vista do DIPRI, inerentes aos contratos internacionais, aos conglomerados empresariais internacionais, entre outros tipos de relações privadas de caráter global, dentro do cenário contemporâneo de intensificação da globalização.
METODOLOGIA		O curso tem como pauta explorar casos reais de DIPRI. Para cada tema, um aluno ou grupo deverá preparar uma apresentação oral de determinado caso concreto, selecionado pelo professor junto ao aluno, que deverá ser exposto de maneira didática e crítica, fazendo-se a relação entre o assunto da aula e os elementos do caso. Além das apresentações, o curso privilegiará o método socrático de ensino, com participação espontânea e induzida dos alunos, junto a uma abordagem expositiva, feita pelo professor, dos conceitos essenciais para a compressão de cada matéria.
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.
	X	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.
		Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.
X	Outras: Ser capaz de dimensionar as diversas possibilidades jurídicas de um litígio com repercussões internacionais, fazendo julgamentos qualificados sobre as melhores estratégias, no caso concreto, para que uma parte de uma relação internacional consiga concretizar seu direito.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
AULA	TEMA	
1	Bloco I - Introdução – necessidade de se uniformizar regras e princípios a fim de tornar mais pragmáticas as relações privadas internacionais, tratados internacionais e lei global	
2	Bloco II - Conflito de leis – análise de lei aplicável e autonomia das partes para escolher a lei aplicável	
3	Bloco III - Conflito de jurisdição – qual jurisdição acionar, competência internacional, cláusula de eleição de foro e arbitragem	
4	Bloco IV - Como executar sentenças estrangeiras	
5	Bloco V - Imunidade de jurisdição e imunidade de execução dos Estados.	

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	<p>Participação em sala de aula é essencial, correspondendo a 20% da nota final do aluno.</p> <p>A nota da P1 será composta das seguintes avaliações: apresentação do caso selecionado (8,00) + participação em aula (2,00).</p> <p>A apresentação deverá ter o mínimo de 30 minutos, devendo ser feita a devida correlação entre os fatos do caso e os conceitos da aula.</p> <p>A nota da P2 será composta das seguintes avaliações: prova escrita individual (8,00) + participação em aula (2,00).</p> <p>A prova escrita contemplará um caso fictício, criado pelo professor, que explore os principais temas do curso, devendo o aluno desenvolver a estratégia de litígio das partes envolvidas no caso. A prova deverá ser feita em casa, no Word, com o mínimo de 4 páginas, tendo o aluno o prazo de 3 dias para sua entrega.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>ARAÚJO, Nadia de. Contratos Internacionais: autonomia da vontade, MERCOSUL e convenções internacionais. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.</p> <p>ARAÚJO, Nadia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.</p> <p>CÂMARA, Alexandre Freitas. Arbitragem. Rio de Janeiro: Editora lúmen Juris, 1997.</p> <p>NARDI, Marcelo de. Contratos Internacionais/Coordenador João Grandino Rodas. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.</p> <p>PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil, vol. III - Contratos. Rio de Janeiro: Forense, 2005.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>ARAÚJO, Nadia de. Contratos Internacionais/João Grandino Rodas. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.</p> <p>AZEVEDO, Antônio Junqueira de. (coord.). Comentários ao Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2003.</p> <p>AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Negócio Jurídico – Existência, Validade e Eficácia. São Paulo: Saraiva, 2002.</p> <p>CASTRO, Amílcar de. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Forense, 1968.</p> <p>DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado: parte geral. Rio de Janeiro: renovar, 2005.</p> <p>LAWAND, Jorge José. Teoria Geral dos Contratos Eletrônicos. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003.</p> <p>RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. Dos contratos e das declarações unilaterais de vontade, vol. 3. São Paulo: Ed. Saraiva, 2002.</p> <p>SADDI, Jairo. (org.). Fusões e aquisições: aspectos jurídicos e econômicos. São Paulo: IOB, 2002.</p> <p>TENÓRIO, Oscar. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.</p> <p>TIBÚRCIO, Carmen e Luís Roberto Barroso. Imunidade de jurisdição: o Estado Federal e os estados membros in 'O direito internacional contemporâneo: estudos em homenagem ao professor Jacob Dolinger'/Carmen tibúrcio e Luís Roberto Barroso. Rio de Janeiro: renovar, 2006.</p> <p>RODAS, João Grandino. Contratos Internacionais/Coordenador João Grandino Rodas. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.</p> <p>STRENGER, Irineu. Direito Internacional Privado. São Paulo: LT ltr, 2006.</p>